

PINHO, A. S. T. ; SOUZA, E. C. ; GALLEGO, R. C. Encruzilhadas e atravessamentos do tempo escolar pelos outros tempos sociais: uma discussão a partir de narrativas de professoras na Ilha de Maré/Salvador-BA. In: VICENTINI, Paula Perin; SOUZA, Elizeu Clementino de; PASSEGGI, Maria da Conceição (Orgs.). (Org.). Pesquisa (Auto)biográfica: questões de ensino e formação. 1ed.Curitiba: CRV, 2013, v. 1, p. 89-109.

ENCRUZILHADAS E ATRAVESSAMENTOS DO TEMPO ESCOLAR PELOS OUTROS TEMPOS SOCIAIS: uma discussão a partir de narrativas de professoras na Ilha de Maré/Salvador-BA¹

Ana Sueli Teixeira de Pinho
Elizeu Clementino de Souza
Rita de Cassia Gallego

“Muitas vezes o tempo faz pesar sobre nós um impiedoso constrangimento, seja porque achamos longo demais um tempo curto, porque nos impacientamos, porque nos aborrecemos, porque temos pressa para terminar uma tarefa ingrata, por termos passado por alguma prova física ou moral – ou, ao contrário, um período relativamente longo nos parece curto demais, quando nos sentimos pressionados e apressados, tratando-se de um trabalho, de um prazer, ou simplesmente da passagem da infância à velhice, do nascimento à morte. Ora desejaríamos que o tempo corresse mais depressa, ora que se arrastasse ou se imobilizasse. Por outro lado, se devemos nos resignar, com certeza é porque, em primeiro lugar, a sucessão do tempo, sua rapidez e seu ritmo, não é senão a ordem necessária segundo a qual se encadeiam os fenômenos da natureza. Mas é também, talvez principalmente, porque as divisões do tempo, a duração das partidas assim fixadas, resultam de convenções e costumes, porque expressam a ordem, inevitável também, segundo a qual se sucedem as diversas fases da vida social”. (HALBWACHS, 2006 [1968], p. 113)

Introdução

O texto discute os modos como os diferentes tempos sociais (o do trabalho, o das práticas simbólicas e o tempo livre) atravessam o tempo escolar e interferem no cotidiano de duas escolas com classes multisseriadas localizadas na Ilha de Maré-Salvador/BA, assim como o tempo da escola atravessa os outros tempos sociais. Para isso, apresenta a especificidade do modo de vida na Ilha de Maré, a partir da noção de maritimidade.

A Ilha de Maré foi batizada com esse nome, em razão de as embarcações necessitarem, quase sempre, aguardar a maré adequada para prosseguir viagem (VASCONCELOS, 2000). Localizada a, aproximadamente, 5 km de São Tomé de Paripe, subúrbio de Salvador, possui uma população de 4.236 habitantes (IBGE, 2010), distribuída em uma área de 1.378,57 ha ou 13,79 km², com uma densidade populacional de 302,66 hab./km² e 1.229 domicílios particulares e coletivos (IBGE, 2010), situados em pequenas

¹ Este texto apresenta parte dos resultados da tese de doutorado de Ana Sueli Teixeira de Pinho, intitulada *O tempo escolar e o encontro com o outro: do ritmo à simultaneidade* (Salvador, UNEB, 2012), orientada pelo Prof. Dr. Elizeu Clementino de Souza (UNEB/Salvador), com coorientação da Profa. Dra. Rita de Cassia Gallego (FEUSP), sendo esses analisados nesta oportunidade mediante as contribuições das pesquisas desenvolvidas pelos outros autores.

localidades da borda litorânea da Baía de Todos-os-Santos, denominadas Itamoabo, Botelho, Santana, Neves, Praia Grande, Bananeiras, Maracanã, Porto dos Cavalos, Caquende e Martelo. A Ilha de Maré possui um total de 3.111 pessoas residentes, com 15 anos ou mais, e destas, 510 não são alfabetizadas. Ou seja, a taxa de analfabetismo chega a 16,39% (IBGE, 2010).

As discussões presentes aqui são fruto da realização de pesquisa em duas escolas, a Escola Municipal de Botelho e a Escola Municipal de Praia Grande, ambas localizadas nas comunidades que lhes dão nome e situadas na Ilha de Maré – Salvador-BA. Foram realizadas 19 visitas à Ilha de Maré, durante todo o ano de 2011, assim distribuídas: uma visita para conhecimento e definição do campo empírico, 11 visitas à Escola Municipal de Botelho e 7 visitas à Escola Municipal de Praia Grande. Ressalta-se que as visitas iniciais constituíram-se como primeiras aproximações com os sujeitos da pesquisa. Assim, o maior número de visitas à Escola Municipal de Botelho não significou um maior número de entrevistas. Cada professora foi entrevistada pelo menos duas vezes, e os sujeitos das duas comunidades, uma. Essa situação foi comum às duas escolas. A pesquisa contou com a colaboração de quatro professoras em cada uma das escolas, todas elas residentes na própria comunidade em que atuam. Quanto aos demais colaboradores, a pesquisa contou com a participação de seis membros das comunidades, sendo quatro da localidade de Botelho e dois de Praia Grande.

A metodologia adotada foi a narrativa (auto)biográfica e a técnica de pesquisa selecionada foi a entrevista narrativa. Inicialmente, a intenção era realizar a pesquisa apenas com as professoras das duas escolas selecionadas. Acreditava-se que isso seria suficiente para atingir os objetivos da pesquisa. No entanto, estas, ao narrarem suas experiências pessoais, remetiam-se a outros espaços e grupos sociais, diferentes da escola. A maré, por exemplo, era recorrente em suas narrativas, o que sugeriu a necessidade de inclusão de outras vozes²: pescadores, marisqueiras e sujeitos das comunidades. Surgiam, assim, os primeiros indícios de que, para compreender o tempo escolar, era preciso levar em conta outros tempos sociais.

As entrevistas narrativas com as professoras³ foram desenvolvidas a partir da temática *experiência de sala de aula*, enfatizando a organização das atividades escolares. Solicitou-se que, no início, elas se apresentassem e contassem o seu percurso de formação e experiência

² No caso dos pescadores, marisqueiras e outros membros das comunidades foram utilizados seus próprios nomes ou apelidos, antecedidos pela forma abreviada do pronome de tratamento, no caso em questão Sr. e Sra.

³ Apesar de as professoras terem autorizado o uso de suas narrativas para o desenvolvimento da pesquisa, os nomes são fictícios, a fim de preservar as suas identidades. Os nomes adotados foram sugeridos pelas próprias professoras e serão antecedidos pela forma abreviada profa., a fim de distingui-las dos demais participantes da pesquisa.

docente. Foram informadas, ainda, de que, durante as entrevistas, não haveria interrupção com perguntas, que elas deveriam narrar livremente e que só no final, quando decidissem interromper, caso fosse necessário, seriam feitas algumas perguntas, a partir do que já havia sido narrado.

Os membros das comunidades que passaram a integrar a pesquisa foram indicados pelas próprias professoras, a partir do critério da sua importância e representatividade na comunidade. Essas entrevistas foram realizadas, de modo geral, na residência do entrevistado, com exceção de uma, que ocorreu no saguão do terminal marítimo de Botelho, local de trabalho do entrevistado. Os mesmos procedimentos descritos anteriormente foram adotados nessas entrevistas. No entanto, o estranhamento em relação à falta de perguntas foi ainda maior, gerando muitas vezes silêncios e pausas.

O uso de narrativas (auto)biográficas foi muito pertinente para a pesquisa realizada, uma vez que ela é produzida por um sujeito social que, ao contar suas experiências de vida, “[...] faz referências a diversas pertencas sociais, a uma variedade de instituições: família, escola, trabalho, amigos, bairro de sua moradia, associações” (RHÉAUME, 2009, p. 167). Ou seja, esta narrativa se constitui como uma forma de expressão que é, simultaneamente, pessoal e social.

Nesta perspectiva, o tempo se revela na trama da narrativa e esta é constituída na relação com o outro. A identidade narrativa designa tanto o sujeito quanto a comunidade que ele integra, pois a narrativa das histórias de vida revela o entrecruzamento de vivências e pontos de interseção existentes entre eles. Como alerta Souza (2006a, p. 145), “o respeito pelas singularidades dos sujeitos, de suas histórias e das suas narrativas são princípios colocados para os sujeitos envolvidos desde o início do trabalho”.

[...] o “modelo interativo ou dialógico” adota uma nova relação de lugar entre o pesquisador e os atores sociais, tendo em vista uma coconstrução de sentido, porque não é redutível à consciência que tem dela o sujeito e também à análise construída pelo pesquisador. (SOUZA, 2006b, p. 27)

Assim, a narrativa (auto)biográfica coloca o pesquisador diante da necessidade da escuta sensível do Outro. Isso se dá porque:

na perspectiva da história de vida, ela também é atravessada pela interlocução que se estabelece entre narrador e pesquisador. A qualidade da escuta, o interesse de escutar, o desejo do sujeito de narrar, o tipo de dinâmica consciente e inconsciente que se desenvolve entre narrador e a equipe de pesquisa vão semear o solo vincular da coconstrução da história. (CARRETEIRO, 2009, p. 131)

Além dessa escuta sensível, ainda é preciso considerar que o olhar do pesquisador sobre o outro é diferente de como o outro se vê (AMORIM, 2003). Se a narrativa (auto)biográfica é uma síntese de interações sociais entre o entrevistado e o entrevistador, podemos assumir que, nesta relação, não temos um sujeito que conhece e um objeto que é conhecido. O observador encontra-se totalmente implicado no campo do seu objeto. Longe de ser passivo, o objeto modifica continuamente o seu comportamento, em função do comportamento do observador. Nesta perspectiva, o conhecimento não tem o outro como objeto e, sim, a interação recíproca entre o observador e o observado. O conhecimento, portanto, é fruto da intersubjetividade dessa interação.

É possível dizer que a narrativa (auto)biográfica se constitui numa interação social estabelecida entre o pesquisador e o pesquisado, pois, como assinala Ferrarotti:

as narrativas biográficas de que nos servimos não são monólogos ditos perante um observador reduzido à tarefa de suporte humano de um gravador. Toda a entrevista biográfica é uma interação social completa, um sistema de papéis, de expectativas, de injunções, de normas e de valores implícitos, e por vezes até de sanções. Toda entrevista biográfica esconde tensões, conflitos, hierarquias de poder [...]. (1988, p. 27)

Entretanto, assumir a narrativa (auto)biográfica como metodologia requer alguns cuidados. Haja vista que a narrativa sofre a influência do contexto em que ocorre, do lugar social que o sujeito ocupa quando narra, para quem narra, em que circunstâncias, com que objetivos. “O quê e o como do que se diz supõem sempre o ‘outro’ em sua fundamental diversidade” (AMORIM, 2003, p. 11). Cada narrativa é irrepetível, é um acontecimento único, assim como o tempo.

Mas, afinal, como entendemos aqui o *tempo*? A partir das observações de teóricos como Durkheim (1989), Pronovost (1996), Pomian (1993), Thompson (1998) e Von Martin (1946)⁴, é possível afirmar que o tempo é um sistema de referências temporais que estrutura a vida social, das instituições e da identidade dos indivíduos. O tempo é uma categoria social de pensamento e consiste, dessa maneira, em um produto de cada sociedade. Norbert Elias (1998), em seu clássico estudo *Sobre o tempo*, definiu o tempo como um instrumento que integra, normatiza a vida das pessoas e exprime valores. As sociedades humanas transformam suas experiências de mudanças em tempo.

⁴ Estes teóricos realizaram estudos referentes ao tempo no âmbito da sociologia e história e contribuem para a compreensão do tempo enquanto categoria social do conhecimento. Mostram, entre outras coisas, que o tempo, tal como é vivenciado nas sociedades ocidentais industrializadas, tem uma história e como o surgimento do relógio, por exemplo, contribuiu para a mudança da relação do homem com o tempo, o qual passa a ser medido com precisão. Além disso, evidenciam que cada sociedade tem uma forma de representar o tempo.

Segundo Elias, a determinação do tempo recai na capacidade humana de relacionar duas ou mais seqüências diferentes de transformação, sendo que uma serve de escala de medida de tempo para a outra ou as outras. Nesse sentido, a palavra *tempo* designa simbolicamente as relações que um grupo humano dotado de uma capacidade biológica de memória ou de síntese, estabelece entre dois ou diversos processos, sendo um normatizado para servir como referência aos outros (ELIAS, 1998). Elias chama de tempo um

[...] quadro de referência do qual um grupo humano – mais tarde, a humanidade inteira – se serve para erigir, em meio a uma seqüência contínua de mudanças, limites reconhecidos pelo grupo, ou então para comparar uma certa fase, num dado fluxo de acontecimentos, com fases pertencentes a outros fluxos, ou ainda para muitas outras coisas. (1998, p. 60)

Para Tabboni (2006), o tempo social é constituído por normas que traduzem as estruturas concebidas e as escolhas realizadas pelos indivíduos que pertencem a sociedades históricas diferentes, perante a experiência do devir contínuo das coisas, que caracteriza o homem e o constitui. O tempo por si só não existe ou não possui valor, são os homens que atribuem ao tempo significação e valor. A mesma autora sublinha que a vida do homem se desenvolve numa teia de convenções e, nela, o tempo, talvez, seja o mais importante.

Já o tempo escolar, como um dos tempos sociais, pode ser designado aqui como o conjunto de medidas e discussões tanto administrativo-organizacionais referentes ao calendário (dias letivos ou não, interrupções das aulas, feriados, férias, matrícula, exames), à duração do ensino, à idade, aos horários e o tempo das aulas; quanto àquelas voltadas ao emprego do tempo expresso na definição e ordenação dos conteúdos a serem estudados com as crianças e os modos de fazê-lo. O tempo escolar é uma temporalidade social e uma categoria ampla em relação à instituição escolar que é composta de diversas temporalidades.

Segundo Raynal (2001, p. 52), as questões educativas tratadas pela perspectiva do tempo obrigam a repensar o conjunto e investigar o sentido das aprendizagens sobre o que se propõe como modelo às crianças e sobre a sociedade que se delineia a partir das escolhas realizadas. Nesse sentido, é plausível a ressalva de que a perspectiva do tempo permite uma releitura das formas concretas da escolarização. Isso pode ser apreendido por dois movimentos notados na análise: os aspectos temporais como o calendário, os horários e o emprego do tempo, por exemplo, precisam ser analisados em relação a outros aspectos escolares, tais como os materiais, a formação dos professores, o espaço etc., além do que as

temáticas como os métodos pedagógicos, os conteúdos e os exames tornam-se essenciais quando o tempo é examinado. Ao discutir a complexidade do tempo escolar, Compère (1997) aponta alguns fatores que interferem na análise do tempo: a questão do gênero, a idade dos alunos, as estações, as tradições e as iniciativas regionais, a religião e a condição social.

O estudo do tempo escolar na Ilha de Maré dá visibilidade a esses fatores que atravessam a dinâmica temporal da escola. No caso específico das duas escolas examinadas, constatou-se que *o tempo da maré* parece alinhar todos os outros tempos sociais na relação com a escola. É comum, nas narrativas, a ênfase que os sujeitos dão à maré, como *lócus* de práticas sociais e simbólicas que atravessam o trabalho, o lazer, os rituais e a escola. O texto explora, nesse sentido, a maneira como se dá o entrelaçamento do tempo escolar com os outros tempos sociais, urdidura que parece oscilar entre o reconhecimento, a negociação e o conflito.

O tempo da maré reflete-se no modo de ser e nas peculiaridades dos pescadores. Além disso, a maré enfeixa várias imagens, significados e temporalidades, que se manifestam, quer nos tempos das festas e ritos, nos cerimoniais sagrados e mitológicos, quer nos tempos relacionados às práticas produtivas, até mesmo no tempo livre ou de lazer.

Encruzilhadas do tempo: os tempos sociais que atravessam o tempo escolar

O tempo escolar e o tempo do trabalho

Se a maré atravessa o tempo do trabalho, o tempo das práticas simbólicas e o tempo livre, não é diferente com o tempo escolar. Nas narrativas das professoras de ambas as escolas, a influência da maré é destacada com ênfase, juntamente com os outros tempos sociais.

De modo geral, nas narrativas das professoras, a maré aparece interferindo no cotidiano escolar, de diferentes modos. No período de enchente, alguns alunos e funcionários que residem em outras localidades têm dificuldades de realizar a travessia, já que não podem caminhar pela praia. Nesse caso, são obrigados a utilizar caminhos alternativos, por terra, tornando o acesso mais distante, mas isso nem sempre é possível, gerando atrasos ou até mesmo ausências.

Em relação a isso, a maré cheia, tem alunos que moram em comunidades que a caminhada tem que passar pelo mar. Com a maré vazia, ele passa tranquilo; com a maré cheia, ele não consegue fazer isso. E aí ele fica uma semana. Teve uma aluna mesmo, a semana passada, que ficou a semana toda sem vir à escola, porque a maré não deixava ela atravessar. No caso dessa criança, ela tá na educação infantil, é mais fácil até voltar [no assunto da escola]. O ruim seria, se ela já fosse do primeiro ano. No primeiro ano, isso não acontece muito, porque o período de maré cheia é mais à tarde, e o primeiro ano é pela manhã, isso facilita. Quando ela volta, enchendo, já deu tempo do aluno chegar até em casa. Então, não tenho muito que falar. Mas se fosse com os alunos do ensino fundamental, seria mais uma temática que o professor teria que resolver. Ia ser mais um desafio. O professor ia ter que voltar, pra dar uma atenção especial a esse aluno, por obrigação e desengargo de consciência. (Profa. Bianca, 2011)

Eles chegam um pouquinho atrasados, têm dificuldade. Poderia mudar o horário, que a maré, que está cheia de manhã, à tarde não está. E poderia trocar. Ele chega atrasado, a gente recebe normal, em função da maré, mas, aí, o assunto não é repassado. O que já aconteceu antes, ele fica no prejuízo. Mas são poucas vezes que isso acontece. (Profa. Estrela, 2011)

Eu tenho aluno que mora em outra localidade, fora daqui de Botelho, nas Neves. Mas eles chegam sempre no mesmo horário, com os outros. Quando a maré tá cheia, aí ela sai mais cedo. Quando a maré tá baixa, aí a filha dela [a aluna] pega lá nas Neves, o barco. Se a maré tiver cheia, eles vêm por dentro, por um atalho, que é mais distante. Quando tá seca, eles vêm pela praia. Às vezes, acontece de chegar atrasado. Mas, normalmente, elas já estão acostumadas, que chegam certinho no horário, por isso que o horário é oito horas, para dar tempo para elas chegarem. (Profa. Liá, 2011)

Foi uma vez só que Fábio não veio, porque a maré tava muito alta e ele não queria vir por dentro. A maré, quando tá cheia, você não pode atravessar para chegar aqui. Aí, você tem que bolar uma maneira para repor aquele dia. Tudo gira em torno da maré. Os conteúdos são trabalhados de acordo com a maré. (Profa. Liá, 2011)

A existência da maré interfere no funcionamento da escola, sim, porque aqui só estuda aluno de Botelho e das Neves; quando a maré está cheia, as crianças não podem passar, nem o professor, a maré, isso interfere bastante no trabalho e na vida da pessoa, no dia a dia. A maré tem muita influência aqui na Ilha, na nossa comunidade. Se o funcionário trabalha aqui, pela manhã, ele mora em Santana, ele não pode esperar a maré de 2h. Se a pessoa tem consulta marcada em Praia Grande, tem que vê o horário da maré, porque, quando a maré estiver alta, ninguém pode passar. (Profa. Gilka, 2011)

A professora Liá afirma que o horário de início das aulas já leva em conta a dificuldade de travessia de algumas crianças que residem em outra localidade. Mesmo assim, ela e suas colegas reconhecem que ocorrem atrasos e ausências. Para os que chegam atrasados, no entanto, não existe a possibilidade de retomada dos conteúdos abordados, pelo menos, em relação à professora Estrela. Da fala da professora Bianca, pode-se deduzir que o

prejuízo é maior, quando a ausência se refere aos alunos do Ensino Fundamental. A professora Estrela, diante da dificuldade de travessia de alguns dos alunos, chega a sugerir uma flexibilidade mais radical do horário da escola, propondo a alternância dos turnos, em função da altura da maré.

De modo geral, as crianças, as professoras e os funcionários residem na mesma localidade onde estão situadas as escolas. No entanto, algumas crianças precisam se deslocar das Neves ou de Santana, locais com baixa densidade demográfica, e que por isso não possuem escola. Ainda que a quantidade de crianças que têm dificuldades de travessia para chegar às escolas não seja expressiva, chama a atenção a forma como a escola trata esses atrasos e ausências. Embora ambas as escolas desconsiderem, na maior parte das vezes, o ocorrido, dando sequência ao trabalho e impondo que as crianças se adequem, há sugestões, como a professora Estrela aponta, de maior flexibilidade dos turnos escolares, observando o tempo da maré.

No período da vazante, os desafios são outros, uma vez que o tempo da maré se articula ao tempo do trabalho de mariscagem. As mães saem para catar os mariscos e todas as reuniões e festas escolares marcadas para esse dia precisam sofrer alteração de horário, caso queiram contar com a participação das mães.

Sempre fazemos as reuniões quando não tem o tempo da maré. Se a maré é pela manhã, a gente faz reunião ou qualquer outro evento à tarde. Se a maré é à tarde, a gente faz o evento pela manhã. Aí, a gente tem sempre esse controle. Se fizer uma reunião ou um evento na hora da maré, eles não participam. A gente tem esse cuidado, esse calendário, sempre que vai fazer as coisas, tem que ser no horário que não é da maré. (Profa. Ana, 2011)

Sobre os dias de festa aqui na escola, temos que olhar o calendário. Se for um dia que a maré esteja baixa, não vai dá pra fazer a festa, porque os pais vão pra maré, às vezes até alguma criança, que estuda de tarde, também vai mariscar e, aí, não dá pra fazer. Mas quando a maré tá boa, que a gente fala maré boa, aí a gente faz a festa, as mães participam e gostam. (Profa. Maria, 2011)

Depende da maré, porque as mães vão mariscar, quando chegam, vão fazer lenha, pra poder cozinhar os mariscos e catar. Aí, não tem como a gente fazer uma festa no dia que a maré tá boa pra mariscar. Porque, se as mães, os pais forem pra maré, não têm como vir participar da reunião, e é por isso que as reuniões aqui, a diretora marca sempre pela tarde. Até porque tem os afazeres delas, pela manhã, e de tarde elas estão mais livres, aí vêm participar da reunião. Porque, essa semana mesmo, a maré tá boa pra mariscar, teve uma mãe que, cedinho, não era sete e meia, teve que trazer o aluno pra escola. (Profa. Maria, 2011)

Até quando é reunião com os pais, a gente tem que olhar a tábua da maré, se eles vão mariscar ou não, pra eles participarem da reunião. (Profa. Maria Quitéria, 2011)

Quando é uma festa, assim, pra todos, o pai também, não só a mãe, a gente sempre faz num dia de sábado, ou faz à noite, pra poder trazer o pai pra reunião, pras festas e tudo. Temos esse cuidado. A gente sempre olha a maré. (Profa. Ana, 2011)

Há um consenso de que, para contar com a presença e a participação dos pais nas reuniões e festas escolares, é preciso observar a tábua da maré. Elas sabem que é melhor articular o tempo da escola ao tempo do trabalho, do que tentar impor um horário abstrato, que não leve em consideração o contexto de vida na Ilha. Essa flexibilização, como menciona a professora Ana, se torna ainda maior, quando se considera o tempo de trabalho do pai, além do da mãe, já que mariscagem e pesca têm suas “próprias” especificidades temporais, fazendo com que a escola realize tais atividades em horários diferentes do seu funcionamento convencional.

Essa possibilidade, por exemplo, evitaria o problema apontado pela professora Maria, o caso em que a mãe precisa deixar a criança mais cedo na escola, para ir trabalhar. Na relação de força entre o tempo escolar e os outros tempos, a escola parece notar que não adianta insistir numa lógica temporal rígida, em determinadas situações, sob pena de inviabilizar certas atividades.

Ainda com relação ao trabalho na maré, algumas crianças participam da mariscagem, acompanhando seus pais, e com isso, faltam às aulas, como afirma a professora Maria Quitéria: “aqui tudo é maré! Chega a época também de maré, não meu aluno, mas outros alunos, eles não participam da aula. Eles mariscam”. Como algumas crianças participam com os pais da mariscagem, não é possível evitar sua falta. Outras chegam atrasadas ou se ausentam porque as mães, ao saírem para trabalhar cedo, não podem prepará-las ou conduzi-las até a escola.

E tem alunos que são pela manhã, que chegam muito tarde, porque a mãe vai mariscar, mas deixa tudo pronto, quando eles acordam e dão em si, já é oito e meia, nove horas. Então, a mãe acompanha o horário, mas o filho já não acompanha esse horário. (Profa. Maria Quitéria, 2011)

Às vezes, eu levo o aluno lá pra casa, porque a mãe tá na maré e, no horário que a gente solta, ela ainda não veio da maré. Eu levo lá pra casa, quando ela chega, ela aí passa e leva. (Profa. Maria, 2011)

Hoje, alguns alunos não vieram porque a mãe foi mariscar. (Profa. Estrela, 2011)

A mãe tá na maré e na maré não tem hora de voltar. Ela não tem tempo, ela só sabe a hora que sai, não sabe a hora que volta. Se tiver lá e a maré tiver boa, dando marisco, ela não vai largar pra vim pra casa, pra ver o filho na escola. (Profa. Bianca, 2011)

Há situações, como se observa, em que algumas crianças ficam, ao término das aulas, na casa da professora, aguardando o retorno da mãe, que está na maré. A mariscagem, na visão da professora Maria, parece interferir também na realização das atividades escolares em casa. Quando o tempo do trabalho se alonga, as mães não conseguem acompanhar os seus filhos.

Eles são pais pescadores e mães pescadoras. Muitas vezes, as mães trabalham à noite, vão pra maré à noite, vão buscar o sustento da casa, junto aos pais e, aí, quando chegam, ficam cansadas. Muitas mães aqui, que vão mariscar de manhã, quando a maré dá ponta, eles ficam em casa, com a irmã, com o pai, com a tia. Às vezes, chegam um pouquinho atrasados na escola, por conta disso, porque a mãe saiu pra ir pra maré. A maré não fica cheia o tempo todo, e nem fica maré baixa, o tempo todo. As famílias têm que estar de acordo com a rotina da escola. (Profa. Maria, 2011)

Talvez pelo fato de a professora julgar como muito importante o acompanhamento dos pais nas tarefas escolares, a professora Maria chegue a afirmar que os tempos da família e do trabalho deveriam estar subordinados ao tempo da escola. Além disso, a professora Bianca reconhece que o trabalho na maré exerce um fascínio sobre as crianças. Mesmo quando estão na escola, o desejo era poder acompanhar os pais, na pesca ou na mariscagem, que para elas se torna uma grande brincadeira.

Aqui, eles têm essa liberdade de sair sozinhos e ir ao trabalho do pai e da mãe, e pra eles isso é interessante. Eles ficam com a atenção dividida, e a escola é praticamente dentro da maré. Então, a janela fica pra maré, muitas vezes eu tenho que pedir que eles voltem a atenção pra atividade, porque eles estão com atenção na maré. Hoje não tem merenda, vou liberar cedo. – Oba! Eu vou pra maré. O sentindo da maré. Vou ajudar minha mãe, vou ajudar meu pai [...]. Até a própria criança se sente atraída pela maré [...], ela sabe que o pai e a mãe dela vivem de pesca [...]. Ela vê a mãe ir sozinha, com o pai, e tem desejo de ir, fica ansiosa pra ir, porque a maré é atrativa. A criança fica, vem pra escola, mas ela vem com sentido na mãe. Queria estar com a mãe. Ela pode nem mariscar, mas ela quer estar perto, vendo o trabalho do pai. Pegue uma criança fora dessa realidade, que não seja a Ilha, e o pai leve para o trabalho. Pra criança, ela ganhou o dia. (Profa. Bianca, 2011)

Desse modo, por diversas razões, o tempo da mariscagem acaba afetando a escola de várias maneiras, inclusive no momento de disputar a atenção e a concentração das crianças

nas atividades escolares. Já que parte das crianças gostaria de estar, não ali, mas na maré, ajudando os pais e ao mesmo tempo se divertindo.

Chama a atenção o fato de que a sensibilidade em perceber o *tempo da maré* para realizar reuniões e festas não seja a mesma para flexibilizar, de modo mais efetivo, o horário ou o turno das aulas, o que poderia contribuir para evitar atrasos, adiantamentos ou ausências das crianças.

O tempo livre que atravessa o tempo escolar

Pelo menos nas representações das professoras Bianca e Maria Quitéria, além do desafio de lidar com o tempo do trabalho, vinculado à maré, a escola se sente, ainda, desafiada a ter que se relacionar com o tempo livre das crianças, que deveria ser utilizado de uma forma diferente ou pelo menos regulado.

[...] Quando ela chega pensando que a criança já tá esperando em casa, não tá. A criança tem liberdade pra fazer o que quer. Essa mãe vai deixar seu marisco, deixar de tomar um banho, deixar de cozinhar o marisco, que tem tempo de cozimento, tudo no fogo, pra queimar, pra ir atrás da criança, que tá no campo jogando ou pelos matos? Ela não vai fazer isso. (Profa. Bianca, 2011)

Ela tá na escola, mas tá preocupada com o horário de ir embora, fica ansiosa que dê o horário pra ir pra casa. Por mais que a escola tente envolvê-la, é um desafio a escola concorrer com a rua. (Profa. Bianca, 2011)

E a criança, é claro que não vai dizer que tem atividade de casa, se ela não pegar pra ver, a criança não vai dizer, porque ela não quer gastar o tempo da brincadeira. (Profa. Bianca, 2011)

Os meus alunos que estudam à tarde, pela manhã, eles já estão na escola, aqui na frente, jogando bola. Se você passa uma atividade pra casa, eles não trazem. Eles vêm pra escola sem a atividade pronta. (Profa. Maria Quitéria, 2011)

Quando os meninos chegam lá na sala de aula, eles já querem sair pra ir embora, pra ir pra maré tomar banho, jogar bola. Eles não se esforçam, eles não têm sonhos. (Profa. Maria Quitéria, 2011)

O tempo livre das crianças, para as professoras, deveria ser mais bem controlado pelos pais e transformado, pelo menos em parte, em tempo de estudo em casa. A impressão que dá é que o tempo da escola deveria se alongar, mediante o uso e o controle do tempo doméstico, como apoio à continuação das atividades pedagógicas iniciadas na escola. Por outro lado, as falas das professoras deixam entrever que está em jogo a disputa pelo controle do uso do

tempo extraescolar. É como se a escola quisesse estender seu tempo, de modo que as crianças fossem alunas durante boa parte dele, e as crianças resistissem, não abrindo mão do próprio controle sobre parte desse tempo.

A sugestão dada pela professora Bianca para controlar e ordenar o tempo livre das crianças é aumentar o número de horas na escola, passando a escola para tempo integral. Essa mudança ajudaria os pais, pois cuidaria das crianças em sua ausência, tornaria o tempo delas mais produtivo, além de contribuir também para a sua educação moral.

Uma escola de tempo integral, aqui, seria excelente. Porque as mães e os pais pescam, mariscam, ficam muito ausentes. Então, as crianças ficam muito na rua. A rua tá sendo como se fosse uma madrasta pros filhos dele. Tudo que eles aprendem na escola se perde, em questão de segundos. O que tira a atenção, muitas vezes, são as práticas que eles veem na rua. Eles perdem um pouco da ingenuidade, e começam a ser maliciosos. A criança tá na escola, mas a cabeça dela tá na rua, porque ela sabe que tem toda a liberdade, quando sai da escola. A escola em tempo integral, com oficinas, no outro tempo regular, com coisas que envolvam esporte, tudo mais. Eles fazem tudo isso lá fora, mas de forma desordenada, sem limites. A criança sai da escola e vai pro campo, direto, jogando um pequeno com outro de idade superior, o linguajar, a fala, a conversa é diferente, e aquela criança vai tendo um ambiente que não é pra ela, conversas que não são pra idade dela. Então, ela chega na escola, trazendo muitas coisas que são banais e que fazem com que ela se desligue da atenção que deveria ter na escola. Então, acredito que ajudaria as mães, porque, muitas vezes, elas não podem controlar esses alunos, quando eles chegam da escola, saem meio-dia pra ir pra casa, a mãe ainda tá na maré, mariscando. (Profa. Bianca, 2011)

A Escola de Tempo integral constitui-se na possibilidade de ampliar o tempo escolar para se impor e organizar o tempo livre da criança. A crença é que assim as crianças poderiam aprender mais, moralizando ao mesmo tempo seus costumes.

A preocupação com o tempo livre das crianças, por parte das professoras, só se torna compreensível, embora não justificável, quando se leva em consideração o propósito da escola moderna que tentou, não sem dificuldades, regular, ordenar, disputar, monopolizar e controlar os tempos dos sujeitos, civilizando-os. Para a escola, o tempo livre das crianças é um tempo desperdiçado e que precisa ser moralizado.

A forma das professoras lidarem com o tempo livre das crianças, não se dá por acaso, como bem lembra Domenico de Masi (2000). Na avaliação social do divertimento, tradicionalmente, ele foi condenado pelos educadores e pela religião, no entanto, essa visão deveria ser modificada, “[...] já que hoje não representa mais a antecâmara pecaminosa da degradação moral, mas o gozo pleno da nossa existência [...]” (2000, p. 322).

Como afirma o autor, o tempo livre pode ser compreendido de outra perspectiva, ou seja, como uma oportunidade de introspecção, de jogo, de convívio, de amizade, de amor e de aventura. Por isso, não é compreensível porque o prazer ligado ao trabalho deveria abrir mão da alegria do tempo livre.

O calendário escolar e o tempo das práticas simbólicas

O desafio da relação do tempo escolar com os outros tempos sociais, seja o *tempo da maré*, do trabalho ou o tempo livre, fica bem representado na questão do calendário escolar. O calendário padronizado, estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (SECULT), para todas as escolas que integram a Rede Municipal de Ensino de Salvador, não apresenta nenhuma especificidade que possa diferenciar as escolas do continente e as escolas da Ilha de Maré.

Todos os feriados, dias santificados e datas comemorativas, por exemplo, não fazem alusão aos dias festivos da Ilha, a exemplo de algumas festas religiosas, que marcam a sua cultura e tradição, tais como a festa de Nossa Senhora das Candeias, padroeira da localidade de Praia Grande, que acontece no dia 2 de fevereiro, dia também consagrado a Iemanjá, rainha do mar, e os dias 4 e 5 de agosto, dias em que se homenageia Nossa Senhora das Neves, padroeira da Ilha de Maré.

Na percepção da professora Maria, a escola deve cumprir rigorosamente a rotina imposta pelo calendário escolar oficial. Para ela, é natural que o calendário seja o mesmo para todas as escolas da Rede Municipal de Ensino de Salvador, cabendo às famílias se adaptarem ao calendário proposto. Segundo ela:

A escola em si não pode mudar a rotina, temos um calendário a cumprir. Não é uma escola só aqui, são várias escolas que temos, tem outra lá embaixo (Escola Nossa Senhora das Candeias), tem a de Santana, Botelho, Itamoabo, Neves, Praia Grande, Martelo. Acredito que seja a família, que tem que se adaptar ao calendário da escola, porque a rotina da secretaria é uma só, o calendário da secretaria é um só. O mesmo calendário que vem pra aqui é o mesmo que está lá. Não temos só as escolas aqui da Ilha. (Profa. Maria, 2011)

Já a professora Liá apresenta uma opinião diferente, pois considera que:

O certo seria ter um calendário diferenciado para a Ilha, por causa dos problemas que a Ilha tem. Por causa da maré, que aqui é tudo diferente. Tudo gira em torno da maré. Mas, normalmente, estamos seguindo tudo de acordo com aquilo ali [calendário oficial]. Com dificuldade, mas nós

estamos conseguindo. O calendário devia ser específico para a Ilha. Verificando os dias da maré, porque o pessoal aqui, que conhece, como é o caso daquele senhor [Sr. Moisés pescador da comunidade], que sabia o dia que a maré é alta e que a maré é baixa. Aproveitar o conhecimento da comunidade, para fazer, em cima desse conhecimento, o calendário. Isso melhoraria o trabalho na escola. (Profa. Liá, 2011)

Na prática, o calendário escolar que vigora é o oficial, ainda que com alguns ajustamentos, pelo que dizem as professora Bianca e Estrela:

Deveria incluir a festa no calendário. Desde sempre, eles falam em criar um calendário especial, eu não sei se já tá adotado, porque se a CRE e a SECULT não autorizam que paralitem as aulas, no caso específico daqui, eles autorizam. Então, já estava sendo discutido um calendário especial pras ilhas, agora não sei dizer se está em vigor, porque não tô muito no administrativo, e eu não tenho muito esse contato. Mas já estava em discussões. Houve muita quebra de braço, muita briga pra que isso acontecesse. Então, ficava assim, a escola tinha aula normal e a festa lá e os alunos não vinham, aí os professores ficavam aqui sozinhos. Eles começaram a visualizar que não estava dando certo, aí começou a fazer esse link. A própria realidade chamou a necessidade de um novo calendário. Então, eu acredito que já esteja em vigor, porque já está natural assim. Até a comunidade já sabe que, quando tem essas festas, não tem aula, não perguntam nada. (Profa. Bianca, 2011)

A escola segue o calendário municipal, da SECULT. Com exceção de algumas datas comemorativas da comunidade. Mesmo que ela não fosse seguir, os alunos não viriam pra escola, por conta dessas datas. Na festa da padroeira daqui de Praia Grande, Nossa Senhora das Candeias, a comunidade toda tá envolvida lá, naquele dia, então, se for um dia de sábado, não altera em nada, mas se for um dia da semana, naquele dia não tem aula. (Profa. Bianca, 2011)

É complicado quando o início do ano letivo se dá anterior ao carnaval, os pais não mandam as crianças pra escola, e aí a gente fica em sala de aula, com um número reduzido, e já entrando no início de diagnóstico inicial pra primeira unidade. Quando as crianças resolvem vir, depois do carnaval e depois das festas, já tá no meio da unidade. É complicado. A sugestão seria que as aulas iniciassem após o carnaval. E o período que tem festas, na comunidade, principalmente, na comunidade de Praia Grande, o mês de fevereiro inteiro é de festas. O calendário deveria considerar isso. Até porque, considerando ou não, as crianças não frequentam. A frequência é baixa. As crianças dependem da conscientização dos pais, e eles preferem, infelizmente, que as crianças participem das festas, do que virem pra escola. (Profa. Bianca, 2011)

O calendário escolar é o que vem de lá. A gente faz o planejamento em cima desse calendário. Que já tem tudo, as datas certinhas. Quando termina a primeira unidade, segunda. A gente faz o possível pra cumprir, mas, quando não dá pra cumprir, a gente faz uma observação, e aquela habilidade que não deu pra trabalhar, a gente inclui no próximo bimestre. Consegue cumprir, desde quando está em observação. A gente sempre cumpre o que tá escrito. (Profa. Estrela, 2011)

Segundo a professora Ana:

A diretora Valdinéia fez um calendário específico, com as datas comemorativas da Ilha, inclusive com o dia cinco (de agosto), mas eu acho que não surtiu efeito não, não foi aceito (pela SECULT). Ela não falou mais. (Profa. Ana, 2011)

As opiniões contrastantes revelam que a questão do calendário escolar não é consensual entre as professoras. No entanto, a proposta de lutar por um calendário diferenciado é a mais sensata, já que, de fato, o contexto apresenta especificidades que justificam a sua adequação. Se, na prática, há dificuldades para cumprir o calendário oficial e alguns ajustes já são feitos, por que não oficializá-lo, como propõem algumas professoras?

Do ponto de vista legal, há abertura para isso. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), o calendário escolar deve considerar as especificidades do contexto em que a escola está inserida. Ainda que se refira a localidades rurais, o artigo 28 flexibiliza a construção de calendários específicos a cada realidade.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

Por sua vez, a portaria 464/2010, que determina o calendário escolar para o ano letivo de 2011, na Rede Municipal de Ensino de Salvador, observa, no art. 4º, que a SECULT estabelece que os “Calendários especiais podem ser elaborados para atender realidades específicas, com prévia aprovação da Coordenadoria de Apoio e Gerenciamento Escolar (CAGE)” (SALVADOR, 2010).

O calendário é um exemplo de como a escola tem enfrentado dificuldades para se articular aos outros tempos sociais. O tempo das festas que marcam a tradição da Ilha de Maré e representam suas práticas simbólicas precisa ser reconhecido, considerado e valorizado pelas escolas, a ponto de integrar o calendário escolar.

Mas reconhecer o tempo das festas significa tratá-las a partir dos significados atribuídos pela comunidade local. Elas não carecem da escola para sua legitimidade e sentidos próprios, por isso é preciso tentar evitar, por parte da escola, uma visão, por assim dizer, compensatória, como parecem propor as professoras Ana e Bianca:

Quando acontece o dia cinco de agosto, a gente vai para as Neves, e as crianças todas vão, exceto as que são cristãs. A gente vai, pra fazer um trabalho com eles, sobre a origem de como começou a tradição da festa. Não dá aula no dia cinco, mas, no dia seguinte, a gente faz um trabalho sobre a festa, com aqueles que foram e com os que não foram também. Fica como um trabalho de campo, trabalho fora da escola. Não fica um dia não trabalhado, que é jogado fora, não. Eu acho que esse dia devia estar no calendário escolar, porque é um dia mesmo da Ilha. Cinco de agosto é o dia principal daqui da Ilha, pois é o dia da padroeira da comunidade da Ilha de Maré. O calendário da escola tinha que contemplar isso. (Profa. Ana, 2011)

No dia da festa, é como se fosse uma aula extra, já começa a trabalhar sobre a cultura local; sobre a festa; sobre a história, porque tem uma história muito rica em relação à Igreja das Neves; sobre os negros, como foi construída. Que eles fizeram artesanalmente, com óleo de baleia. Uma história muito enriquecedora, que a gente trouxe pro projeto da escola, que é chamado de Projeto Ilha de Maré, que ainda tem até hoje. Então, aproveita, faz um link, e trabalha o tema, durante a semana e no dia da festa. É como se os alunos fossem pra aula prática, e a maioria dos alunos vai, só não os evangélicos. Os professores vão e, quando eles voltam da festa pra escola, eles trazem o tema. Alguns alunos são envolvidos em relação às apresentações, saem da escola pra apresentar na própria festa. Então, é como se fosse um gancho, e a festa não tivesse desligada da escola. (Profa. Bianca, 2011)

Elas sugerem a inclusão da festa da padroeira da Ilha de Maré, Nossa Senhora das Neves, no calendário escolar, porém transformam a festa em conteúdo escolar, como se quisessem compensar o dia em que as crianças ficariam fora da escola. É como se a festa, enquanto manifestação popular, não tivesse um sentido próprio para os alunos, dependendo da escola para atribuir-lhe esse significado. Dessa forma, a escola parece desconsiderar que as crianças, antes de serem alunas, são sujeitos sociais, membros de uma comunidade com práticas sociais e simbólicas próprias. Não que a escola não possa levar em consideração o conteúdo cultural da festa, de modo a incorporá-lo às práticas pedagógicas, o que se defende aqui é uma perspectiva não compensatória, mas de diálogo com essas culturas, para potencializar a aprendizagem dos conteúdos escolares.

Apesar de contraditórias e paradoxais, em certos momentos, as narrativas das professoras Liá, Estrela e Bianca parecem revelar uma consciência da necessidade de uma visão complexa do tempo escolar.

Só respeitar o desenrolar da maré. Em relação a esses períodos, não teria muito problema. Respeitar, porque lá em Salvador é uma realidade, aqui tudo é diferente. Faz muita diferença na sala de aula. Não sei se seria o caso, como da experiência que eu tive que, nas escolas lá em Mato Grosso, que respeitam o período da colheita, período das enchentes, respeitar esse período, que a maré joga muito. Eu sei que é no início do ano, que é difícil, e que tem o período da chuva. Tudo isso também ainda tô aprendendo, mas eu

sofri muito com o negócio de atravessar, passar mal, ficar enjoada. É no início do ano que quase não tem barco, ninguém quer atravessar. Começar as aulas depois, ou um intervalo nesse período. (Profa. Liá, 2011)

Na verdade, não atende, teria que ter um calendário junto à natureza. Um calendário diferente, para a realidade daqui da Ilha, uma coisa bem estudada, bem planejada, porque ia entrar a natureza, ia entrar a maré. Só os estudiosos, os astrólogos, junto à secretaria, pra fazer esse calendário. Em primeiro lugar, deveriam chamar as pessoas mais velhas aqui da Ilha, fazia um levantamento e planejava esse calendário. Hoje, no caso, os alunos da manhã seriam pra tarde. Na época do inverno, por exemplo, poderia ser modificado esse calendário. Aqui é só o problema mesmo da mariscada. Porque, quando a maré está muito alta, claro que não vêm. Os alunos ficam em falta. Poderia ser feito um armazenamento no outro mês. No verão, no caso. E até mudaria nosso calendário daqui. Aí, a gente ficaria dezembro, janeiro, ao invés de ser férias, a gente ficaria em atividade. Em fevereiro e março, que é o tempo da chuva, a gente ficaria de férias. (Profa. Estrela, 2011)

Pelo fato de ser uma comunidade pesqueira, o fato da maré, tudo isso influencia. Na verdade, é algo que não era nem só mudar o calendário, era mudar muita coisa. (Profa. Bianca, 2011)

As narrativas das professoras consideram que a elaboração do calendário escolar não pode ser arbitrária, sem considerar a dinâmica da vida na comunidade em que a escola se encontra inserida. Fazer isso, segundo elas, pressupõe a observação do tempo da maré, do tempo do trabalho, das variações climáticas, das festas. Afirmam, ainda, que tal elaboração exige uma escuta sensível aos conhecimentos empíricos da comunidade, fruto de suas experiências e, ao mesmo tempo, a incorporação de conhecimentos sobre a relação entre tempo natural e tempo social.

É importante considerar, também, que existem diferentes concepções de tempo na Ilha de Maré e uma delas, em particular, contrasta com a visão de tempo esvaziado de referentes espaciais e simbólicos, como tentou passar a modernidade. Sra. Angelita, ao falar do tempo, trata-o como uma entidade a quem deve reverência e respeito.

O tempo, no candomblé, é uma entidade muito boa. Ele é muito bom, porque sem ele a gente não passa. Antes de começar uma festa, dentro do barracão, a gente tem que vim, acender uma vela ou se for botar qualquer coisa, para o tempo, e o que mais a gente faz mesmo é acender vela, e quando faz uma matança, mas eu já tenho mais de uns quatro ou cinco anos que eu não faço. E outra, na hora de começar, que a gente começa, nós temos que vim na porta, cruzar nossa mão, levar na cabeça, e pedir ao tempo que nós vamos começar nossa brincadeira, e que tome conta, o que for ruim leve, e o que for bom deixe. Então, é muita importância que ele tem, né? (Sra. Angelita, 2011)

Há diferentes concepções de tempo na Ilha de Maré, que contrastam com o tempo do relógio. A vida cotidiana ainda conta com a presença do tempo cósmico, fazendo com que elementos naturais, como a lua, o sol e as estrelas, sejam utilizados como marcadores temporais. Nesse contexto, a maré atravessa todos os tempos sociais e é levada em consideração na organização das atividades.

Algumas considerações finais

Considerando sua relação com os outros tempos sociais, o tempo escolar parece situar-se numa encruzilhada, o que requer uma compreensão mais complexa da sua existência. Para entender o tempo escolar, é importante levar em consideração o inter-relacionamento desses diferentes tempos sociais. A escola, na relação com os outros tempos, assume uma posição contraditória. Na relação com a maré e o trabalho, por exemplo, ela flexibiliza seu horário para realizar festas e reuniões, mas não é tão flexível para mudar turnos e horários de aula. No caso das festas da comunidade, ela luta, em certa medida, para que o calendário oficial passe a contemplá-las, ou até mesmo tenta criar um calendário específico. Em relação ao tempo livre das crianças, o desejo é que ele pudesse ser mais controlado, regulado ou transformado em tempo de estudo.

Se considerar que o ritmo é uma repetição em desenvolvimento, expressão de um tempo natural, nenhum dos tempos referidos na pesquisa assume esse formato. Primeiro, porque o tempo escolar, assim como os outros tempos, tem simultaneamente as marcas da regularidade, da imprevisibilidade, do acaso. Segundo, não se pode falar de um tempo com existência em si mesmo, tendo um ritmo próprio, independente dos outros tempos e com uma ordenação temporal, rígida e linear. Ao contrário, o tempo aparece como relação.

Além disso, se o ritmo for entendido como sincronização ou interdependência entre eventos, visando à dominação, como sublinha Elias (1993), o tempo escolar tende a virar ritmo, quando busca se impor diante dos outros, o que não acontece sem que haja conflito e tensão. Isto é, essa tentativa de imposição ou ritmação acomete o tempo escolar, quando organiza as suas atividades sem considerar os outros tempos sociais.

Referências

- AMORIM, Marília. A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica. In: FREITAS, Maria Teresa; JOBIM, Solange; KRAMER, Sônia. **Ciências humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin**. São Paulo, Cortez, 2003. p. 11-26.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 nov. 2012.
- CARRETEIRO, Teresa Cristina. Fazer de uma coletividade uma história coletiva. In: TAKEUTI, Missae; NIEWIADOMSKI, Christophe. (Org.). **Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas biográficas**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 126-140.
- COMPÈRE, Marie-Madeleine. **Histoire du temps scolaire en Europe**. Paris: INRP/Économica, 1997.
- DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Trad. Léa Mazi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Paulinas, 1989.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. (v. II).
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias. (Org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa: Ministério da Saúde; Depart. de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988. p. 17-34.
- GALLEGO R.C.. **Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas primárias públicas em São Paulo: heranças e negociações (1846-1890)**, São Paulo, Tese: FEUSP, 2008.
- _____. Os marcadores temporais presentes nas narrativas autobiográficas: as relações entre o tempo prescrito socialmente e os tempos vividos. In: SOUZA, E. C. de, GALLEGU, R. C. **Espaços, tempos e gerações: perspectivas (auto)biográficas**. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, v.5.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e o tempo. In:_____. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006 [1968].
- PINHO, Ana Sueli Teixeira de. **A heterogeneidade fundante das classes multisseriadas do meio rural: entre a persistência do passado e as imposições do presente**. 2004. 178f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação – Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2004.
- _____. O tempo escolar e o encontro com o Outro: do ritmo à simultaneidade. 2012. 274f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação – Campus I, Universidade do Estado da Bahia.
- POMIAN, Krzysztof. Tempo/temporalidade. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vo. 29, 1993.
- PRONOVOST, Gilles. Introduction: le temps dans une perspective sociologique et historique. In: **Revue internationale des sciences sociales: Temps et sociétés**. XXXVIII (1) 107, 1996, p. 5-10.

RAYNAL, Marie. Les temps de l'école rythment-ils les temps sociaux?. In: PAQUOT, Thierry (dir.). **Le quotidien urbain: essais sur les temps des Villes**. Paris: La Découverte/Institut des Villes, 2001.

RHÉAUME, Jacques. Relato de vida coletivo e empoderamento. In: TAKEUTI, Norma Missae; NIEWIADOMSKI, Christophe. (Org.). **Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas biográficas**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 166-188.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. (Tomo I).

SALVADOR. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SECULT. **Portaria 464, 22 de dezembro, 2010**. Estabelece o calendário escolar para o ano letivo de 2011, na Rede Municipal de Ensino de Salvador.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Pesquisa narrativa e escrita (auto)biográfica: interfaces metodológicas e formativas. In: SOUZA, Elizeu Clementino; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. (Org.). **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006a. p. 135-147.

_____. A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 11, p. 22-39, jan./abr. 2006b.

TABBONI, Simonetta. **Les temps sociaux**. Paris: Armant Colin, 2006.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELOS, Carmen. Ilha de Maré: o paraíso é aqui. **Correio da Bahia**, Salvador, 28 mai. 2000. Caderno de Turismo, p. 9-10.

VON MARTIN, Alfred. La nueva dinámica. **Sociologia del Renacimiento**. México: Fondo de Cultura Económica, 1946.